

**TRABALHADORES RETIDOS NO POSTO DE
TRIAGEM E AGENCIAMENTO EM MONTES
CLAROS: CONTROLE DA MOBILIDADE E
INSEGURANÇA ESTRUTURAL NO CONTEXTO DA
POLÍTICA MIGRATÓRIA NA ERA VARGAS (1930 –
1954)**

**WORKERS HELD AT THE SORTING AND AGENCY
OFFICE IN MONTES CLAROS: CONTROL OF
MOBILITY AND STRUCTURAL INSECURITY IN THE
CONTEXT OF MIGRATORY POLICY IN THE VARGAS
ERA (1930 – 1954)**

PEDRO JARDEL FONSECA PEREIRA*

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar as razões que levaram a política migratória na “Era Vargas” a controlar a mobilidade de trabalhadores nacionais e demonstrar como isso contribuiu para gerar um contexto de insegurança estrutural para os migrantes durante a travessia. Esse controle, o qual abordamos é investigado, a partir da atuação do Posto de Triagem estabelecido, em Montes Claros, no Norte de Minas. Através de exames, os médicos diziam quais os trabalhadores estavam aptos ou não para ir para o estado paulista. O que ocasionava a retenção e a concentração de um grande contingente de migrantes nessa cidade. Como método, analisamos os discursos sobre a migração no período por meio da imprensa. A *Revista de Imigração e Colonização*, apresenta a percepção do governo sobre os migrantes. E em *O Gazeta do Norte*, periódico local, é possível perceber como os trabalhadores eram indesejados na cidade, o que ocasionou uma mobilização no intuito de livrar Montes Claros da presença deles. **Palavras-chave:** Migração; política-migratória; Montes Claros.

Abstract: The objective of this article is to analyze the reasons that led the migratory policy in the “Era Vargas” to control the mobility of national workers and demonstrate how this contributed to the development of a context of structural insecurity for migrants during the crossing. This control, which we approach, is investigated, based on the operation of the Triage Post established in Montes Claros, in the North of Minas. Through examinations, the doctors said which workers were fit or not to go for the state of São Paulo. What caused the retention and concentration of a large contingent of migrants in that city. As a method, we analyzed the discourses on migration in the period through the press. The *Revista de Imigração e Colonização* presents the government's perception of migrants, and in the *O Gazeta do Norte*, the local newspaper, it is possible to perceive how these workers were unwanted in the city of Montes Claros. What caused a mobilization to rid her of their presence.

Keywords: Migration; migration policy; Montes Claros.

* Doutorando em História Social pelo PPGHIS da Universidade Federal de Juiz de Fora e Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. (Email: pedrojardelpereira@gmail.com).

Introdução

Algumas rotas migratórias percorridas por aqueles que se deslocavam do Nordeste, no intuito de ir trabalhar no Sudeste do Brasil, passavam pelo Norte de Minas Gerais. A região provavelmente foi o corredor de migração mais intenso do país naquele período.¹ Seja a viagem que era realizada em caminhões paus-de-arara ou em navios a vapor pelo rio São Francisco, eram entrepostos dessas travessias as cidades de Montes Claros e de Pirapora, pois o intuito dos migrantes era ir para as estações ferroviárias situadas nessas cidades e embarcar no trem de ferro, sobretudo, rumo a São Paulo.

Estrategicamente, foi no Norte de Minas Gerais que alguns órgãos governamentais – em um primeiro momento com a *Secretaria de Agricultura de São Paulo* e, partir do Estado Novo, a *Inspetoria do Trabalhador Migrante* (ITM) – realizavam o controle dessa mobilidade. Este ocorria nos *Postos de Triagem* estabelecidos em cidades do norte mineiro e era realizado por meio de exames médicos que geravam laudos que diziam quem estava apto ou não para embarcar para o estado paulista. Isto acabou gerando a retenção e a concentração de uma multidão de migrantes, que viviam em condições precárias de sobrevivência, naquela região. A presença dessa multidão provocou um descontentamento na elite local, que, por sua vez, planejou e executou diversas estratégias para remover os migrantes, principalmente em Montes Claros, *locus* da nossa análise. O objetivo desta é analisar as razões que levaram a política migratória da “Era Vargas” a controlar a mobilidade de trabalhadores nacionais, além de demonstrar como isso contribuiu para gerar um contexto de insegurança estrutural para os migrantes durante a travessia.

O controle da mobilidade e o direcionamento dos fluxos migratórios visavam atender a demandas por mão de obra, no Sudeste ou na região Norte,² embora com dinâmicas bem específicas para cada uma dessas localidades. Uma vez que os trabalhadores estrangeiros já não atendiam as demandas como antes, em São Paulo, os agricultores paulistas passaram a reclamar da escassez de trabalhadores e cobravam providências do governo.³ Para isso, Getúlio Vargas passou a disponibilizar recursos financeiros para custear a viagem, a hospedagem e a alimentação nas hospedarias do migrante – que foram estabelecidas em São Paulo e com

¹ LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

² Em relação ao controle dos fluxos migratórios para o Norte do Brasil, é possível citar o caso dos soldados da borracha.

³ TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Julio Cesar Zorzenon. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 513-540, maio/ago. 2019.

algumas filiais – e nos postos avançados – erguidos pelo interior do Brasil, inclusive em Montes Claros. Nesse sentido, discutiremos o seguinte problema: quais os reflexos desse controle da mobilidade na trajetória daqueles que se deslocavam?

Como hipótese, buscamos verificar se os migrantes se deslocavam com algum recurso financeiro, os quais não durariam por muito tempo devido a condições da viagem e a imprevistos sucedidos. Em situação vulnerável, com meios de transportes precários, escassez de comida, fome, sede, doenças, desabrigados e sem um local que pudessem hospedar, os migrantes vivenciaram uma realidade de insegurança estrutural.

Ressaltamos que, nesta pesquisa, os migrantes são compreendidos como agentes históricos, que tiveram um papel fundamental no desenvolvimento econômico e urbano de diversas regiões do Brasil. Não foi diferente em Montes Claros, onde muitos migrantes foram retidos, permaneceram na cidade e contribuíram de modo fundamental para o desenvolvimento da urbe. Uma vez que, na época que aqueles começaram a chegar, Montes Claros sequer contava com a infraestrutura básica, como água encanada, luz elétrica e ruas pavimentadas, áreas que mobilizaram a mão de obra dos trabalhadores migrantes.

Para a fundamentação teórica desta investigação, recorreremos aos autores dos mundos do trabalho, especialmente aqueles que realizaram estudos sobre a migração interna no Brasil no período que abrange os governos de Getúlio Vargas. Contudo, não ficamos limitados a esse recorte de tempo, uma vez que identificamos diversas pesquisas que foram realizadas nas décadas subsequentes que, de alguma maneira, são desdobramentos de questões desenvolvidas durante os governos de Vargas.

Entre essas pesquisas, destacamos as obras: *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*, de Paulo Fontes; *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno*, de Oldair da Cruz Paiva; *Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951): Economia e Sociedade*, de Cláudia Alessandra Tessari; Julio Cesar Zorzenon Costa; *O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações*, de Alexandre Fortes; *Fases e faces da migração em São Paulo*, de Rosana Baeninger; organizado por esta autora, também consta a obra intitulada *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Esses autores nos possibilitam compreender as dinâmicas da migração numa perspectiva que não se restringe à percepção de fatores de expulsão e atração, como aquela abordada por Paul Singer, em *Migrações internas*, por exemplo. Na perspectiva daqueles autores, as redes de sociabilidade sustentavam a mobilidade

e os migrantes eram agentes históricos que contribuíram para o desenvolvimento das regiões receptoras, como destacou Paulo Fontes.⁴

Nesta análise, também são fundamentais os estudos de Frederico de Castro Neves realizados em *A Multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará*; de Kênia Souza Rios, em *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*; e de Durval Muniz de Albuquerque Junior, em *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Essas obras são essenciais para o entendimento do contexto político, social e econômico, das relações de trabalho da população do Nordeste e de onde se deslocavam grande parte dos grupos que migravam no período, especialmente, no que se refere aos grupos que passavam por Montes Claros.

Já no que diz respeito à presença dessa multidão de migrante retidos em Montes Claros, este é um tema pouco pesquisado, embora citado, de maneira superficial, por muitos autores. Na sua dissertação de mestrado intitulada *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*, Edi de Freitas Cardoso Junior sinalizou algumas questões sobre o assunto, mas sem aprofundar. Recentemente, o autor deste artigo publicou “*A legião dos rejeitados*”: trabalhadores retidos pela política de controle da migração em Montes Claros/MG, na década de 1930, que traz alguns dados e discussões novas, embora tenha sido resultado de uma pesquisa introdutória sobre o tema. Os Postos de Triagem sediados no Norte de Minas são mencionados por diversos autores, mas os reflexos da sua existência, sobretudo, na vida dos migrantes e a insegurança estrutural que estes eram submetidos depois de serem retidos naqueles⁵ são questões pouco estudadas pelos pesquisadores. Desse modo, este estudo é um esforço de fomentar essa discussão.

Em relação às fontes de informação histórica, este artigo analisa discursos presentes na imprensa, como o jornal da cidade de Montes Claros denominado *Gazeta do Norte*, que esteve em circulação entre as décadas de 1920 e 1960. Esse jornal se ocupou exaustivamente do tema dos migrantes, identificando-os como: “flagelados” “retirantes da seca”, “os nordestinos” e “baianos”, qualificações que eram atribuídas aos migrantes que chegavam de qualquer estado do Nordeste. O enfoque das publicações eram sempre as condições precárias nas quais esses migrantes se encontravam, “esfomeados”, doentes e acampados nas praças, ruas e ao lado da

⁴ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migrações nordestinas e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945 – 1966). Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

⁵ Esse tema está sendo analisado de maneira mais aprofundada na pesquisa de doutorado do autor deste artigo, desenvolvida no Programa de Pós-graduação (PPGH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Em razão de ser uma pesquisa em andamento, ressaltamos que os resultados deste artigo são parciais.

estação. Nessa situação, o que mais incomodava, segundo os colunistas do *Gazeta do Norte*, era a mendicância e a ameaça de atos de violência e má conduta que poderiam ser praticados pelos migrantes, como roubos, prostituição e outros crimes. Na prática, os migrantes eram acusados de espalhar o “vírus” da desordem, tidos como uma “praga social”, ou seja, tudo aquilo que era contrário ao “progresso” almejado pela cidade.⁶

Recorremos também à análise dos textos vinculados na *Revista do Conselho de Imigração e Colonização*. Nesta, eram publicados: artigos, leis, estatísticas, pareceres e circulares do Conselho de Colonização e Imigração (CCI), Noticiário e Livros e Revistas. Ou seja, eram publicados diversos documentos oficiais do governo sobre o tema da migração. A imprensa funcionava como porta-voz da política migratória e dos discursos sobre o trabalhador ideal, e, em muitas ocasiões, os nordestinos eram excluídos desse perfil por razões que eram identificadas como biológicas e culturais. Ativa até 1952, a *Revista do Conselho de Imigração e Colonização* foi criada logo após a fundação do CCI, em 1940, que, por sua vez, era diretamente relacionado ao presidente Getúlio Vargas.

Entre 1930 e 1952, a revista *O Observador Econômico e Financeiro* também publicou diversas reportagens sobre as condições dos “retirantes” e “flagelados” aglomerados em Montes Claros. Nesse periódico, alguns dos migrantes foram entrevistados e diversos artigos trataram de temas sobre as condições da viagem e de hospedagem e, principalmente, sobre a mobilização do governo no intuito de “solucionar” a situação dos migrantes retidos na cidade. Por isso, também analisamos os textos publicados em *O Observador Econômico e Financeiro*.

Todos os três veículos de comunicação identificados e analisados neste trabalho fizeram referência ao Posto de Triagem de Montes Claros, ao objetivo deste e aos critérios de seleção de trabalhadores. Além disso, ressaltaram as condições precárias daqueles que foram reprovados nos exames e não conseguiram a passagem para o trem de ferro que partia com destino a São Paulo.

Essas são informações reunidas, analisadas e interpretadas sob a perspectiva enfatizada a seguir:

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as

⁶ Jornal *Gazeta do Norte*. Ano: 1939, p. 9.

relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.⁷

Pelo viés da análise do discurso, Durval Muniz Albuquerque Júnior orienta que essas informações devem ser interpretadas, a partir do seu próprio contexto de produção no passado, ou seja:

Ao assumirmos o discurso ou um pronunciamento como fonte para o nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstância políticas, econômicas e sociais.⁸

A opção por esse tipo de fonte e metodologia ocorreu devido à dificuldade de se encontrar informações sobre os migrantes durante a travessia que passava por Montes Claros. São poucos os registros deixados e preservados sobre a viagem. Aquelas que conseguimos mapear, não foram produzidas pelos trabalhadores em deslocamento, mas correspondem a representações desses sujeitos, inclusive carregadas de intencionalidades. Nesse sentido, Heloisa de Faria Cruz e Maria da Cunha Peixoto ponderam que “todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”⁹.

Estudos sobre migrações e mundos do trabalho: abordagens e possibilidade de pesquisa

A migração no Brasil, dentro do recorte proposto para este artigo, foi marcada por um fluxo migratório composto por pessoas que se deslocavam para a região Sudeste do país, sobretudo para São Paulo. Contudo, é importante enfatizar que naquele momento também existia uma mobilidade intensa, inclusive incentivada pelo governo federal para a região Norte da federação. O exemplo mais conhecido é o correspondente ao caso dos soldados da borracha que, em grande parte, eram os nordestinos que foram trabalhar na extração da borracha na região amazônica.¹⁰

Por outro lado, segundo Maria Silvia Bassanezi, o fluxo migratório em direção ao Sudeste, a partir de 1930, visava atender a demanda por mão de obra tanto na agricultura quanto

⁷ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007, p. 258. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/aqr49>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

⁸ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas Fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 235.

⁹ CRUZ; PEIXOTO, *op. cit.*

¹⁰ GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942 – 1944)**.

na indústria, que, nas décadas anteriores, era subsidiada, em grande parte, pelos trabalhadores estrangeiros.¹¹ Para Ana Lia Farias Vale *et al.*, as tecnologias desenvolvidas – sobretudo as relacionadas aos meios de transportes, como a ampliação da rede ferroviária – também foram um fator importante que facilitou os deslocamentos dos migrantes.¹² Feitas essas observações, deter-nos-emos a algumas breves ponderações sobre o estado da arte das pesquisas sobre migração.

Desde que Paul Singer abordou a migração sob a ótica do paradigma histórico-estrutural, considerando que aquela seria o resultado dos fatores de expulsão e atração, novas interpretações surgiram. Para Singer, as migrações eram condicionadas historicamente pelas relações objetivas e subjetivas da sociedade e pelo processo de industrialização. No seu entendimento, as migrações faziam parte do processo de modernização e, assim, Singer procurou compreender as causas que levavam os sujeitos a migrar e não o significado da migração.¹³ Paulo Fontes, nesse sentido, destaca que:

Balizados pela noção de modernização, tais análises sistematizavam em uma linguagem acadêmica muito da visão contemporânea sobre a suposta divisão estrutural do país entre o “atraso” rural e o “progresso” urbano. Assim, a migração era vista como a passagem de sociedades e culturas tradicionais e arcaicas para as cidades, espaços do desenvolvimento industrial e do moderno. Os migrantes, desta forma, estariam como que transpondo “literalmente em poucos dias várias épocas da evolução socio-econômica.”¹⁴

A partir da década de 1970, diante da necessidade de avançar nesse debate, alguns pesquisadores passaram a criticar intensamente o dualismo entre “rural” e “urbano”, a fundamentar suas análises em outra perspectiva que questionava o caráter definitivo baseado no êxodo rural, e a enfatizar que muitos migrantes retornavam para áreas rurais. Nas últimas décadas, a continuidade desse debate teve uma contribuição fundamental para o entendimento sobre as migrações e sobre os migrantes como agentes políticos. Referimo-nos, sobretudo, às pesquisas realizadas por Paulo Fontes, especialmente a sua tese de doutorado intitulada *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*.

¹¹ BASSANEZI, Maria Silvia C. B. Imigração Internacional e Dinâmica Demográfica no Tempo do Café. In: TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, Antonio M. C.; BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

¹² VALE, Ana Lia Farias *et al.* Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos & Debates**: Revista da Universidade de Roraima, Boa Vista, v. 22, n. 7. 2004. Disponível em: <<https://revista.ufrj.br/textosedebates/article/view/1027>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

¹³ SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

¹⁴ FONTES, *op. cit.*, p. 40.

Os migrantes que surgem nos estudos de Paulo Fontes são muito diferentes daqueles sujeitos que fogem da estrutura oligárquica submissa aos coronéis, da seca e da fome do Nordeste. Migrantes que, depois de viajar em condições precárias, em paus-de-arara, procuravam por emprego em São Paulo e não dispunham de qualificação profissional. No entanto, o migrante que nos é apresentado por Fontes é agente, sujeito da sua história, escolhe, luta, idealiza e empreende projetos, como o de migrar, ou seja, são agentes da própria mudança de vida. As redes de sociabilidades permitem que ele se mova entre o rural e o urbano. Além disso, os migrantes encontram nessas redes amparo e proteção, uma vez que estas fortalecem e constroem ligações entre parentes, amigos e conhecidos de uma mesma região de origem.¹⁵

Nessa perspectiva, o movimento migratório surge de maneira tensa e complexa e de mudanças socioeconômicas para aqueles que migraram. É realçado a organização desses trabalhadores e o surgimento de novas identidades coletivas, baseadas nas relações construídas no trabalho na indústria Nitroquímica e sem perder de vista os elementos da identidade rural nordestina, que podem ser percebidos no cotidiano, nas festas e nos mutirões. Esse senso de pertencimento a uma coletividade, segundo Fontes, confere não só identidade a esses sujeitos, mas também demonstra como eles compartilham experiências, conflitos e lutas relacionadas à vida no trabalho e no espaço urbano de São Miguel Paulista.¹⁶ Uma análise bem diferente daquela apresentada por Singer, que entendia que a cidade e o migrante de origem rural não eram compatíveis, uma vez que este tendia para construir a cidade com suas próprias mãos, o que resultava na favelização.¹⁷

As contribuições de Frederico Castro Neves também são essenciais para a fundamentação da compreensão do contexto de vida desses migrantes. A partir das ações dos “retirantes”, no contexto das secas no Ceará, de 1877 a 1959, Neves entende que as invasões às cidades, os saques e as ameaças realizadas por aqueles eram atos políticos. O intuito das “multidões” – categoria usada pelo autor que denomina o grupo formado por migrantes – era exigir que fossem retomadas ou estabelecidas as relações tradicionais, que garantiriam a proteção aos pobres “retirantes” nos períodos agravados pela seca. A fome era um dos agravantes desses períodos. Segundo o autor, uma das características da fome é a capacidade

¹⁵ Outra contribuição sobre essas questões foi realizada por Marilda Aparecida de Menezes (2012), que ressalta a necessidade de considerar a ideia de fixação, ou seja, o sujeito migrante, mesmo em permanente mobilidade, sempre tem uma localidade de referência. Esses locais podem ser os bairros, sítios, povoados ou municípios onde residem parentes e amigos, lugares de memória e pertencimento.

¹⁶ FONTES, *op. cit.*

¹⁷ SINGER, *op. cit.*

de gerar pressão social, isto é, “as multidões, ou as turbas, [...] ‘indicam uma aglomeração ocasional e temporária, agressivas à instituições sociais’ e possuem, portanto, um ‘poder destruidor da ordem social’”¹⁸.

Quando Neves enfatiza a presença da coletividade nas multidões, isto torna-se fundamental para o entendimento dos migrantes como sujeitos históricos, embora, segundo o autor, essa não era a compreensão presente, até então, na literatura sobre o tema.¹⁹ Considerava-se que as ações desses migrantes não eram motivadas por questões e posicionamentos políticos, mas por espasmos, ou mesmo estímulo, biológico. Nesse sentido, o autor retoma a ideia de E. P. Thompson, uma vez que este realça que, antes da Revolução Francesa, as pessoas comuns não poderiam ser vistas como agentes históricos, suas ações eram tidas como atos espasmódicos.²⁰

O camponês, pobre e sem-terra, destaca Neves, na percepção de alguns autores, jamais seriam capazes de se rebelar se não tivesse um apoio externo, como de um sindicato, por exemplo. Quando isso ocorria, aqueles camponeses tendiam a serem violentos e míticos. E, sobre as referências ao sertanejo como um ser “violento” e “mítico”, Neves²¹ destaca a pesquisa de Djacir Menezes²² e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.²³

Aquelas referências também são acompanhadas pela representação do Nordeste como uma região de crise que se tornou “atrasada” devido à seca. Até 1910, não existia a ideia de que Nordeste era uma área atrasada e nem dos nordestinos como sujeitos de baixa estatura devido sua natureza biológica ou por serem mal adaptados. Não consta, por exemplo, a prática da elite local de solicitar verbas ao governo federal para revolver os problemas causados pela escassez das chuvas. Esses problemas existiam, como é mencionado em *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos,²⁴ mas era apenas vivenciado, e não propagado, como seria depois.²⁵

Além dessas questões, destacamos a travessia como um dos aspectos da migração, levando em consideração que a travessia envolve a viagem e as condições nas quais esta ocorria. Para a pesquisadora Augusta Molinari, a travessia é um momento de caráter de “não lugar”, ou

¹⁸ NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume, Dumará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 115.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²¹ NEVES, *op. cit.*

²² MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. 3 ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1995.

²³ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 37 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

²⁴ RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74 ed. São Paulo: Record, 1998.

²⁵ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011, p. 13.

seja: “É a natureza de “caminho” e não de “lugar” que faz da viagem de emigração mais um sujeito literário que um sujeito de investigação histórica”.²⁶ Para o migrante, “a viagem não é um “caminho”, mas apenas o parêntesis de um “caminho”. É com a chegada ao país de destino que a viagem assume a característica de uma etapa do percurso migratório”.²⁷ Além disso, a autora enfatiza que há poucas fontes produzidas sobre a travessia e, na maioria das vezes, estas não foram construídas pelos próprios viajantes, mas por observadores. No caso dos migrantes oriundos da região Nordeste, tivemos acesso a algumas informações sobre o contexto da viagem por meio dos relatos orais cedidos por eles a alguns pesquisadores, como também por meio dos textos vinculados pela imprensa.

No que diz respeito ao acesso a informações, a travessia que analisamos, Nordeste-Sudeste, também se apresenta como desafiadora. Embora os pesquisadores não se ocupem desse tema com ênfase, alguns estudos nos ajudam a contextualizá-lo e a entender o papel dos Postos de Triagem sediados em entrepostos da travessia, especificamente no Posto instalado em Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. Nesse sentido, é preciso retomar qual era e quais os objetivos da política migratória do período que interessa a esta pesquisa.

A partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, emergiu um discurso de valorização das qualidades do trabalhador nacional, ao mesmo tempo que São Paulo apresentava uma grande demanda por mão de obra. Nesse sentido, Odair Paiva enfatiza que “A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período”.²⁸

Antes do Estado Novo, as empresas privadas recrutavam mão de obra nos estados do Nordeste, faziam a triagem médica nos pontos de embarque e autorizavam os trabalhadores a seguir para São Paulo, mas, depois da chegada, “À Secretaria da Agricultura cabia o registro e controle dos pedidos de trabalhadores migrantes e o destino dos mesmos”.²⁹ A partir do Estado Novo, Getúlio Vargas entendeu que atuação das empresas privadas oneravam os cofres públicos e decidiu criar a *Inspetoria do Trabalhador Migrante* (I.T.M.). Esta “reorganizou a dinâmica dos pedidos de trabalhadores vigentes no período 1935-39”.³⁰ A sede dessa instituição ficava

²⁶ MOLINARI, Augusta. As travessias das históricas migrações italianas: entre fatos e narrações. **Revista História**, Dossiê Movimentos migratórios no mundo Atlântico, séculos XIX e XX, v.36. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/Y6QGZPFfXnySNqgbyTMz75C/>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

²⁷ *Idem*.

²⁸ PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno**. Bauru, SP: EDSC, 2004, p. 105.

²⁹ *Ibidem*, p. 123.

³⁰ *Ibidem*, p. 117.

em São Paulo. No entanto, deveria ser realizada uma triagem antes do embarque para esse estado e, após a chegada, o procedimento se repetia, além de outras providências, como higiene pessoal e confecção de documentos pessoais.

Montes Claros passou a ter um papel fundamental nesse processo de agenciamento de mão de obra. A chegada da *Estrada de Ferro Central do Brasil*, em 1926, contribuiu para isto. A partir desse momento, a cidade tornou-se ponta de trilho e assim permaneceu até meados da década de 1940. As obras da ferrovia, que seguia em direção ao sul do estado da Bahia, foram interrompidas devido à crise econômica de 1929 e à Segunda Guerra Mundial, entre outros fatores. Uma vez que a estrada de ferro ligava o Norte de Minas Gerais à capital paulista, os migrantes passaram a deslocar do norte mineiro ou de estados do Nordeste para Montes Claros no intuito de embarcar para São Paulo.³¹

Ao constatar que os trabalhadores se deslocavam para Montes Claros, os agenciadores estabeleceram nessa cidade os Posto de Triagem e recrutamento de mão de obra. Em um primeiro momento, esse recrutamento foi realizado pelas companhias privadas e, depois, pela ITM. Nesse sentido, Paiva ressalta que um posto avançado da ITM foi instalado em Montes Claros e outro em Pirapora, ambas cidades do norte mineiro, sendo realizados nesses postos exames médicos que diziam quem estava apto ou não para seguir a viagem.³² Esses postos dispunham de uma estrutura que disponibilizava aos migrantes hospedagem e alimentação. Antes de embarcar, os migrantes também eram vacinados e tinham de aguardar, pelo menos, oito dias em “quarentena”. Também era oferecido o bilhete de passagem, custeado pelo serviço de migração.³³

O Posto não conseguia atender ao contingente de migrantes que chegava a Montes Claros diariamente. Além disso, a triagem também considerava uma parte significativa dos migrantes como “imprestáveis” ao trabalho em São Paulo. A quantidade de trabalhadores retidos passou a aumentar e estes já não dispunham de condições financeiras de arcar com a própria passagem no trem, de custear uma hospedagem ou de pagar as despesas com alimentação da família. Verifica-se um aumento exponencial do número de migrantes retidos, que chegou a superar o número de habitantes da área urbana do município. No início da década de 1930, a população urbana do município de Montes Claros era de 8.360 habitantes, enquanto

³¹ PEREIRA, Pedro J. Fonseca. “A legião dos rejeitados”: trabalhadores migrantes retidos e marginalizados pela política de mão-de-obra em Montes Claros/MG, na década de 1930. *Revista Cantareira*, v. 34. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufrj.br/cantareira/article/view/44211>>. Acesso em: 22 maio 2022.

³² PAIVA, *op. cit.*

³³ PEREIRA, *op. cit.*

as informações referentes aos migrantes, em 1934, são de 9.060. No ano seguinte, foram contabilizados 10.101 retirantes.³⁴

Do ponto de vista teórico, as precárias condições que os migrantes eram submetidos durante a travessia são compreendidas sob a perspectiva da insegurança estrutural, conceito desenvolvido na tese de doutorado de Sidney Lobato, intitulada *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Ao analisar a migração de nordestinos para Macapá, capital do Amapá, Lobato enfatiza que as promessas que foram feitas, ditas legalmente garantidas, ficaram fora do alcance dos trabalhadores que foram ao encontro da propaganda de modernização. Estes se deparam com uma realidade bem diferente, que era marcada pela vulnerabilidade social e pela inferioridade civil, o que contribuiu para gerar nesses sujeitos uma sensação de insegurança no que diz respeito à manutenção da sobrevivência. Os migrantes tiveram que ir morar nas fimbrias da cidade, onde permaneceram às margens de serviços que lhes deveriam ser garantidos por direito. Em parte, a sobrevivência só se tornou possível graças à solidariedade popular que ajudou a fortalecer os vínculos horizontais entre classe.³⁵

O pesquisador também enfatiza que as condições de vida desses trabalhadores não eram isoladas. Restrito à análise sobre os trabalhadores migrantes que viviam em Macapá, Lobato considera que, desde que Getúlio Vargas assumiu o governo, “iniciara a construção de um grande edifício jurídico cujos os objetivos eram amortecer os choques entre patrões e trabalhadores, através da mediação do Estado, e afastar os trabalhadores de organizações sindicais politicamente autônomas”.³⁶ Contudo, a partir da ditadura de 1937, segundo o pesquisador, diversas formas de vigilância social foram instituídas baseadas na percepção de “classes perigosas”. Um dos exemplos de controle que identificamos nesta pesquisa era realizado no Posto de Triagem que existia em Montes Claros.

Os migrantes retidos no Posto de Triagem em Montes Claros: controle da mobilidade a insegurança estrutural

Antes de adentrarmos na questão do controle da mobilidade e da insegurança estrutural vivenciadas pelos migrantes, é importante enfatizar a origem daqueles que se deslocavam para

³⁴ JORNAL GAZETA DO NORTE. Ano: 1936, p. 8.

³⁵ LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*, p. 25.

³⁶ *Ibidem*, p. 22.

o Norte de Minas. Como existiam duas rotas migratórias, uma que passava por Montes Claros e outra por Pirapora,³⁷ via Rio São Francisco, as localidades de origem dos migrantes que percorriam cada uma das rotas eram diferentes, embora ambas as cidades mineiras fossem próximas. Chegavam em terras montes-clarenses, os migrantes que tinham como origem o estado da Bahia, sobretudo da Chapada Diamantina e da região central,

desde Urandy, vem gente de Umburanas, Monte Alto, Guanaby e Caitité, de Caitité por seu turno, já vem gente de Macahubas, Riacho de Sant' Anna, Contendas, Paramirim, Minas do Rio da Contas, Dr. Seabras. Vem também criaturas de Caculé, onde vão parar vinda de Bom Jesus dos Meiras, Palmeiras e Ituassu. Em Candeúba forma outro ponto de Sub-concentração de onde deflue para Montes Claros os migrantes de Conquista, Jequié, São João do Alipio e Pocões.³⁸

Em Montes Claros, também se encontravam migrantes provenientes dos municípios do Norte de Minas e de outros estados do Nordeste do Brasil.

Desde a época em que as empresas privadas atuavam no agenciamento de mão de obra para São Paulo, Montes Claros era um entreposto da migração, onde os migrantes passavam pela triagem e, depois de “selecionados”, eram embarcados para aquele estado. Nesse sentido, Odair Paiva enfatiza que

Até 1939 a arregimentação dos trabalhadores, triagem, inspeção médica no ponto de embarque e autorização das autoridades locais para a liberação dos migrantes foram de competência exclusiva dos agentes contratantes. À Secretaria da Agricultura cabia o registro e controle dos pedidos de trabalhadores migrantes e destino dos mesmos.³⁹

A partir de 1939, o serviço de migração passou a ser desempenhado pela Inspetoria do Trabalhador Migrante, como afirmamos anteriormente. Essa informação foi enunciada pelo *Observador Econômico e Financeiro*, na edição de fevereiro de 1939.⁴⁰ A partir da constatação do crescimento dos fluxos migratórios e das demandas por mão de obra em São Paulo, a ITM não só reorganizou o serviço de recrutamento de trabalhadores, como também se tornou responsável por essa atividade que, dessa forma, passou a ser desempenhada pelo centralizador Estado Varguista. O então governo alegou que esse tipo de serviço onerava os cofres públicos, mas o intuito era desarticular os interesses das companhias privadas no agenciamento de mão de obra. Inclusive, essas empresas obtinham altos lucros com o comércio de recrutamento de trabalhadores. Cada indivíduo que era enviado para São Paulo, até mesmo as crianças, rendiam

³⁷ A cidade de Pirapora/MG também era local de chegada dos migrantes via transporte fluvial. Aqueles que desembarcavam nessa cidade também eram chamados de modo generalizado de bahianos, mas eram de diversas localidades. Entre algumas delas mencionamos: “[...] Sergipe, Alagoas, Ceará, Piauí, Pernambuco”. O *OBSERVADOR Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939^a, p. 53.

³⁸ O *OBSERVADOR Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939^a, p. 54.

³⁹ PAIVA, *op. cit.*, p. 123.

⁴⁰ O *OBSERVADOR Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939^a, p. 55.

algum ganho. Nesse sentido, Sueli de Castro Gomes menciona que os tinham acima de 12 anos rendiam 60 mil reis, por migrante avulso, e os agenciadores recebiam 30 mil reis por cada migrante que tivesse entre 3 e 12 anos.⁴¹

Por meio da legislação, o governo passou a “controlar” e a “direcionar” os fluxos migratórios, como consta na Revista de Imigração e Colonização: “A direção dessa migração de trabalhadores nacionais é atribuição legal deste Departamento [Departamento de Terra e Imigração e Colonização] por força dos decretos ns. 19.482, de 12-12-930, 3.010, de 20-8-938, 1.023-A, de 31-12-0938”.⁴² Na prática, no Posto de Triagem, os migrantes passavam por exames médicos, aqueles que eram aprovados eram vacinados e precisavam aguardar pelo menos oito dias de quarentena na cidade. Entre as doenças identificadas, são mencionadas nas fontes: cólera (dysenteria), malária (impaludismo), febre tifoide, tuberculose, tracoma e bócio. Constam também a loucura, as deficiências físicas, a mortalidade infantil e a fome.⁴³ O excerto a seguir demonstra que as doenças eram um dos principais fatores que contribuíam para a retenção desses migrantes:

O acúmulo de trabalhadores, ainda mais afectados por condições desfavoráveis de saúde, causava em São Paulo a perspectiva de um desequilíbrio na colocação de trabalhadores. Diante disso, resolveu o governo paulista suspender as ordens de embarque para o Estado em começo de Junho. A dysenteria começava a lavrar na região de Montes Claros. O major Lima Camara, presidente do Conselho de Imigração e Colonização, ponderou então, que apesar dos justos motivos para a suspensão dos embarques, não era menos certo que o acumulo de alguns milhares de criaturas na região assolada de Montes Claros iria determinar mal maior, ainda mais quando se sabia que diariamente chegavam a cidade 500 indivíduos em média. Adptou-se, então, uma formula que foi a seguinte: o serviço de colonização de São Paulo receberia diariamente 250 pessoas, rigorosamente inspecionadas nos pontos de embarque, depois de 8 dias de observação em Montes Claros e Pirapora.⁴⁴

As medidas adotadas na época surtiram pouco efeito, pois foram enviados para São Paulo apenas 250 trabalhadores sem nenhuma doença constatada. Portanto, podemos considerar esse número baixo levando em conta a quantidade de migrantes que chegavam diariamente e a quantidade de migrantes retidos na cidade. Pouco se falou, por exemplo, da assistência médica a essa população doente. E a cidade de Montes Claros não dispunha de uma estrutura hospital que pudesse oferecer uma profilaxia adequada. A preocupação era abastecer aquele Estado de

⁴¹ GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. *Imaginário USP*, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 143-169. 2006.

⁴² Revista de Imigração e Colonização, 1942, n. 2, p. 112.

⁴³ REVISTA de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, Ano VII, n. 1, mar. 1939.

⁴⁴ O OBSERVADOR Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939^a, p. 55.

mão-de-obra saudável e evitar os transtornos e o embarque dessa população desprovida de saúde e improdutiva.

A seguir, as informações demonstram a conjuntura de insegurança estrutural, a qual os migrantes eram submetidos após serem reprovados nos exames médicos:

Os imprestáveis, os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os aleijados, os papudos, aqui ficam abandonados [...]. É uma desigualdade revoltante auxiliar as pessoas fortes, e negar auxílio àquelas que são necessitadas. É uma desumanidade abandonar nas ruas de uma cidade, cegos, aleijados, tracomatôso, [tracôma], beócios, papudos e outros doentes sem casa, sem abrigo, sem pão, quando podia perfeitamente socorrê-los. (grifos do autor).⁴⁵

Outro fragmento extraído da *Gazeta do Norte* discorre sobre como esses sujeitos improvisavam a sobrevivência por meio da mendicância e diante do quadro de vulnerabilidade social. Nesse trecho, o periódico evidencia que esses migrantes faziam parte do contingente daqueles retidos na triagem:

O número de mendigos em nossa cidade cresce diária e vertiginosamente [...], dando as ruas em certos dias da semana aspectos de uma verdadeira procissão de pedintes. E esse número vai aumentando dia a dia com os que chegam acompanhando os retirantes e aqui ficam, pois lhes são negados passes pelos agenciadores de trabalhadores que passam para o sul.⁴⁶

Ao destacamos o controle, inclusive, sanitário da mobilidade, outro fator também precisa ser considerado sobre a concentração de migrantes em Montes Claros. Esse fator diz respeito à instabilidade do serviço de migração, que era causada pela ausência frequente de recursos financeiros para custear as passagens e por algumas questões burocráticas, como é exemplificado a seguir:

Esse serviço, suspenso em novembro de 1938, em virtudes de certas dúvidas surgidas quanto a sua legalidade, foi restabelecido em meados de fevereiro de 1939, ao ficar plenamente esclarecida a questão. A suspensão do fornecimento de passagem, como é obvio, agravou a situação.⁴⁷

Ao considerar os fatores que contribuíram para a retenção dos trabalhadores e o agravamento das condições precárias em que estes se encontravam, a elite local reivindicou ao governo federal que providenciasse uma solução à situação dos “retirantes” concentrados na cidade. O major Lima Camara, presidente do Conselho de Imigração e Colonização, se deslocou até Montes Claros no intuito de fazer uma averiguação. Após a visita, o major elaborou um relatório que demonstrava o quadro de insegurança estrutural que os migrantes

⁴⁵ JORNAL GAZETA DO NORTE. Ano: 1939, p. 9.

⁴⁶ JORNAL GAZETA DO NORTE. Ano: 1935, p. 10.

⁴⁷ O OBSERVADOR Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939^a, p. 55.

viviam na cidade mineira. Ele inicia afirmando que: “Ao chegar à primeira cidade (Montes Claros) pudemos desde logo constatar o grande número de trabalhadores alli concentrados”.⁴⁸ Desabrigados, os migrantes podiam ser encontrados debaixo das árvores, nas praças, nos currais e ao lado da estação: “Homens, mulheres e crianças, maltrapilhos, sem dinheiro, sem casa, sem alimento, alguns mendigando para não morrerem de fome”.⁴⁹ De acordo com esse relatório, a cidade é categorizada como “zona flagelada”.

Permanecer em Montes Claros também era um desafio à sobrevivência dos migrantes, sobretudo, ao se depararem com a inferioridade civil, o que os tornavam sujeitos indesejados na cidade, uma vez que esta almejava, naquele momento, o “desenvolvimento” e o “progresso”. Como noticiou a imprensa:

A cidade, o município e o próprio Estado é que não poderão arcar com os ônus e o verdadeiro perigo infeccioso que representa essa legião de incapazes aleijados e doentes, a espalhar o vírus da descrença e de todas as moléstias, numa cidade cheia de energias num fluxo magnificante de trabalho e progresso.⁵⁰

A mobilização da elite local passou a ser intensificada no sentido de livrar a cidade da presença dos “retirantes”, “tratados como caso de polícia”, uma vez que representavam um perigo para a segurança dos moradores. O controle se deu primeiro em relação à mendicância, que, para muitos, era a única alternativa naquele momento que garantia a sua sobrevivência. O delegado de polícia sugeriu que fosse realizada uma triagem e um cadastro daqueles sujeitos que realmente estavam incapacitados para o trabalho. Após esse levantamento, seria concedido uma “espécie de placa” em forma de crachá para aqueles que fossem autorizados a esmolar nos locais públicos.⁵¹

A partir do auxílio da Igreja católica, foi realizada uma campanha incentivando a população a não fazer doações aos migrantes que batiam a suas portas, mas realizá-las diretamente à Associação São Vicente de Paula, que ficaria incumbida de prestar assistência aos “flagelados”. Essa ação era justificada pelo alegado perigo sanitário que esses migrantes ofereciam ao entrarem em contato com os moradores: “Torna-se ainda um perigo para a população porque a maioria dos mendigos são portadores de moléstias e vivem por ahi, em contato com o povo e creanças”.⁵² Outra alternativa encontrada foi a criação da Associação das

⁴⁸ *Idem.*

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ Jornal Gazeta do Norte, 1935, p.9.

⁵¹ JORNAL GAZETA DO NORTE. Ano: 1939, p. 10.

⁵² *Ibidem*, p.16.

Damas da Caridade, cujo objetivo era promover a assistência aos “retirantes”, mas suas ações eram centradas na concessão de passagens de trem para que os migrantes pudessem deixar a cidade.⁵³

O próprio *Jornal Gazeta do Norte* também liderou uma campanha pela hospitalização desses sujeitos,⁵⁴ alegando que “É preciso hospitalizar os que requerem tratamento”.⁵⁵ Ao considerarmos as condições sanitárias do país na época e as condições das viagens, era comum que os migrantes fossem portadores de algum tipo de doença.⁵⁶

Em suma, percebemos que os trabalhadores migravam porque existia a promessa do Estado de que receberiam uma passagem até São Paulo, hospedagem, alimentação e uma colocação no mercado de trabalho, sobretudo, na agricultura paulista. Devemos considerar, no entanto, que não é apenas aqueles que se deslocavam que dependiam de uma vaga de emprego para sobreviver, mas que existia uma demanda por mão de obra no estado paulista. Ou seja, naquele momento, os migrantes eram percebidos como um elemento necessário para a manutenção e o desenvolvimento do sistema produtivo brasileiro. Pois, este já não contava, na mesma intensidade, com a colaboração do trabalhador imigrante.

No entanto, no meio da travessia, grande parte desses sujeitos eram “rejeitados” pelo governo por não se adequarem aos critérios que determinavam se os migrantes se enquadravam no arquétipo de “trabalhador ideal”. A rejeição gerava vulnerabilidade social e inferioridade civil, como também constatou Sidney Lobato em sua pesquisa sobre Macapá.⁵⁷ Pouco se falava, por exemplo, das condições precárias da trajetória até o Norte de Minas, nos caminhões paus-de-arara e nos navios a vapor.⁵⁸ Tanto a viagem quanto a chegada em São Paulo eram marcadas por imprevistos e incertezas. Os recursos públicos disponíveis pelo serviço de migração atendiam de maneira precária apenas os migrantes que eram aprovados e selecionados nos exames médicos. Os outros permaneciam às margens, o que contribuía para intensificar, a cada dia, a multidão de retirantes em situação de vulnerabilidade retida em Montes Claros. No

⁵³ PEREIRA, *op. cit.*

⁵⁴ Cf.: MACHADO, Jaqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. Desenvolvimento social, trabalho e exclusão dos “loucos improdutivos”. In: XAVIER, Elton Dias; SANTOS, Gilmar dos (org.). **Desenvolvimento social em perspectiva**. Belo Horizonte: Sografe, 2009.

⁵⁵ JORNAL GAZETA DO NORTE. Ano: 1939, p. 9.

⁵⁶ Cf.: PONTE, Carlos Fidelis. O sanitarismo (re)descobre o Brasil. In: PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê (org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

⁵⁷ LOBATO, *op. cit.*

⁵⁸ Cf.: PEREIRA, Pedro J. Fonseca. “A legião dos rejeitados”: trabalhadores migrantes retidos e marginalizados pela política de mão-de-obra em Montes Claros/MG, na década de 1930. **Revista Cantareira**, v. 34. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44211>>. Acesso em: 22 maio 2022.

entanto, como afirmou Alexandre Fortes, as circunstâncias adversas nas quais os migrantes se deparam “os obriga a desenvolver estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária”.⁵⁹ A sobrevivência era possível porque recorriam à mendicância e à solidariedade horizontal. Muitos desses migrantes retidos desempenhavam trabalhos de curtos períodos na cidade e parte desses trabalhadores também permaneceram na região, onde conseguiram trabalho e reinventaram suas vidas.

Referências

Jornal Gazeta do Norte. Arquivo da Universidade Estadual de Montes Claros.

O Observador Econômico e Financeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/observador-economico/123021>. Acesso: nov. 2021.

Revista de Imigração e Colonização. Disponível em: encurtador.com.br/nKSU0. <https://encurtador.com.br/nKSU0>. Acesso: nov.: 2021.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas Fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BASSANEZI, Maria Silvia C. B. Imigração Internacional e Dinâmica Demográfica no Tempo do Café. In: TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, Antonio M. C.; BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**. 37 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <[https:// https://encurtador.com.br/aqr49](https://encurtador.com.br/aqr49)>. Acesso em: 13 dez 2021.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migrações nordestinas e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945 – 1966)**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, set/dez. 2016.

GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. **Imaginário USP**, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 143-169. 2006.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942 – 1944)**.

⁵⁹ FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, set/dez. 2016, p. 599.

- LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964).
- LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro**: do cosmopolitismo ao sertão. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- MACHADO, Jaqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. Desenvolvimento social, trabalho e exclusão dos “loucos improdutivos”. In: XAVIER, Elton Dias; SANTOS, Gilmar dos (org.). **Desenvolvimento social em perspectiva**. Belo Horizonte: Sografe, 2009.
- MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. 3 ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1995.
- MOLINARI, Augusta. As travessias das históricas migrações italianas: entre fatos e narrções. **Revista História**, Dossiê Movimentos migratórios no mundo Atlântico, séculos XIX e XX, v.36. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/Y6QGZPFfXnySNqgbyTMz75C/>>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**. Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume, Dumará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados**: migração e construção do Brasil moderno. Bauru, SP: EDSC, 2004.
- PEREIRA, Pedro J. Fonseca. “A legião dos rejeitados”: trabalhadores migrantes retidos e marginalizados pela política de mão-de-obra em Montes Claros/MG, na década de 1930. **Revista Cantareira**, v. 34. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44211>>. Acesso em: 22 maio 2022.
- PONTE, Carlos Fidelis. O sanitarismo (re)descobre o Brasil. In: Ponte, Carlos Fidélis; FALLEIROS, Ialê (org.). **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74 ed. São Paulo: Record, 1998.
- TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Julio Cesar Zorzenon. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 513-540, maio/ago. 2019.
- SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VALE, Ana Lia Farias *et al.* Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos & Debates**: Revista da Universidade de Roraima, Boa Vista, v. 22, n. 7. 2004. Disponível em: <<https://revista.ufrj.br/textosedebates/article/view/1027>>. Acesso em: 22 nov. 2021.